

A FORMAÇÃO MÉDICA E OS CONCEITOS E ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO LGBTI+

KAUANE FERREIRA MARQUES¹; BEATRIZ QUIRINO ZANATTA²; HELENA
ALMEIDA SILVA³; GUSTAVO GOMES ORUGIAN⁴;

MARIA LAURA VIDAL CARRETT⁵:

¹*Universidade Federal de Pelotas – ferreirakauane025@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – beaquirinozanatta@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – lenaahelena@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – gusorugian@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – mvcarret@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (PNSI-LGBT), instituída pelo Ministério de Saúde, foi um avanço para a saúde pública brasileira, ao reconhecer as demandas específicas dessa população em situação de vulnerabilidade. Apesar disso, o acesso à saúde das pessoas LGBTI+ ainda enfrenta obstáculos como violência, discriminação e estigma social, que dificulta o cuidado e prevenção em saúde (MONTEIRO,2019).

Pelotas, município localizado no sul do Brasil, possui serviço de referência para atendimento à pessoas trans, mas ainda enfrenta lacunas na formação de profissionais da atenção primária à saúde quanto ao conhecimento de práticas e protocolos para esse atendimento, o que dificulta ainda mais o cuidado integral e aumenta a vulnerabilidade dessa população (OLIVEIRA,2025).

Estudos que avaliaram o ensino da sexualidade nos cursos de medicina, evidenciaram que, embora aspectos biológicos e doenças relacionadas à sexualidade sejam abordados, há pouca ênfase na construção social do tema, identidade de gênero e orientação sexual, agravando ainda mais os problemas relacionados ao cuidado de saúde à população LGBTI+ (RUFINO,2013; VISGUEIRA, 2021).

Deste modo, este trabalho propõe avaliar o conhecimento de estudantes do quarto semestre do curso de medicina da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) sobre conceitos e atendimento de pessoas transexuais e travestis no Sistema Único de Saúde.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

O presente trabalho foi realizado por monitores da disciplina de Medicina de Comunidade, a qual é ofertada durante o quarto semestre do curso de medicina/UFPel. Todos os estudantes matriculados (n=52) na disciplina foram convidados a responder um questionário sobre o tema. Do total, 22 estudantes responderam o questionário em sala de aula. Os demais, receberam por *Whatsapp* da turma, link do questionário, via *FORMS*. Assim, foram obtidas mais 18 respostas, sendo que 12 estudantes não responderam o questionário (23%). O instrumento, anônimo, foi elaborado com afirmativas divididas em 4 temas: 1.

Sexo, orientação sexual e identidade de gênero; 2. Orientações de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) para a população LGBT; 3. Identidade cisgênero e transgênero; 4. PNSI-LGBT. As respostas possíveis foram “verdadeira”, “falsa” ou “não sei”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do total dos 39 alunos que participaram do estudo, 72,5% eram mulheres, 20% homens e 3 pessoas não quiseram se identificar. Quanto à faixa etária, 80% tinham entre 17 e 25 anos de idade. Apenas 6 alunos (15%) acertaram 90% do questionário, enquanto 8 alunos (20%) não conseguiram acertar metade das questões do questionário (Tabela 1).

Na avaliação por temas, as maiores lacunas se referem ao conhecimento sobre “sexo, orientação sexual e identidade de gênero”, onde apenas 4 estudantes (10%) responderam corretamente às 4 afirmativas correspondentes. Essas lacunas referiram-se em especial ao conceito sobre identidade de gênero.

Quanto aos demais temas: orientações de prevenção de IST para a população LGBTI+, identidade cisgênero e transgênero e PNSI-LGBT; 24 (60,0%), 29 (72,5%) e 21 (52,5%) estudantes, respectivamente, responderam às afirmativas de forma correta. Individualmente, a afirmativa com maior quantidade de acertos foi aquela relacionada à necessidade de uso de preservativo nas relações sexuais com homens, para homens trans que fazem uso de testosterona.

Assim como os achados da literatura, o presente estudo sugere que conhecimentos sobre patologias, no caso IST, não parecem ser o maior problema na formação dos estudantes de medicina. Também se observa que mais da metade dos estudantes têm algum conhecimento sobre a PNSI-LGBT. Entretanto, esses resultados nos fazem refletir sobre as lacunas que precisam ser enfrentadas e o grande desafio em formar profissionais médicos mais preparados para lidar com a população LGBTI+, para assim, realmente poder contribuir com a diminuição da vulnerabilidade dessa população.

TABELA 1. Conhecimento sobre a população LGBTI+ e o atendimento de transexuais e travestis no serviço de saúde (n= 40)

Sexo, orientação sexual e identidade de gênero:

	Verdadeiro	Falso	Não sei
O sexo é atribuído aos indivíduos ao nascimento com base na sua genitália e cromossomos	36(90%)	4(10%)	0
Identidade de gênero é como cada indivíduo quer ser reconhecido e respeitado, existindo as opções de se identificar como homem ou mulher	29(72.5%)	8(20%)	3(7.5%)
Orientação sexual é sobre o sexo biológico com quem a pessoa se relaciona	14(35%)	25(62.5%)	1(2.5%)
Pessoas transexuais são geralmente homossexuais ou bissexuais	5(12.5%)	25(62.5%)	10(25%)

Orientação de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) para a população LGBT:

	Verdadeiro	Falso	Não sei
As campanhas educativas tradicionais costumam englobar os riscos de contaminação em todos os tipos de relações sexuais, não sendo necessário conhecimento específico focado na prevenção de IST para a população LGBT.	3(7.5%)	36(90%)	1(2.5%)
A Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV, quando usada corretamente, também previne contra outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como sífilis e gonorreia.	9(22.5%)	27(67.5%)	4(10%)
Homens trans que fazem uso de terapia hormonal com testosterona e mantêm relações sexuais com homens não precisam usar preservativo, pois a testosterona tem efeito contraceptivo e preventivo de ISTs.	0	39(97.5%)	1(2.5%)
Qualquer tipo de lubrificante, como óleos de massagem ou vaselina, pode ser usado com segurança com preservativos de látex.	3(7.5%)	33(82.5%)	4(10%)

Identidade Cisgênero e transgênero:

	Verdadeiro	Falso	Não sei
Transgênero é o indivíduo cuja identidade de gênero é diferente do gênero designado ao nascimento	38(95%)	1(2.5%)	1(2.5%)
Cisgênero é o indivíduo com desenvolvimento reprodutivo atípico, ou seja, diferente do usual, podendo apresentar corpo com combinações distintas das categorias usuais binárias masculina e feminina	1(2.5%)	33(82.5%)	6(15%)
O uso do nome social é assegurado para indivíduos trans e travestis porém só pode ser usado nos documentos oficiais após a cirurgia de redesignação sexual ou início da hormonoterapia	2(5%)	33(82.5%)	5(12.5%)

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT)

	Verdadeiro	Falso	Não sei
Integra as políticas do Sistema Único de Saúde e assegura os direitos de atendimento à população LGBTI+	30(75%)	1(2.5%)	9(22.5%)

com todos os profissionais de saúde, incluindo as Unidades Básicas de Saúde.

Integra as políticas do Sistema Único de Saúde e assegura os direitos de atendimento da população LGBTI+ orientando o acompanhamento de saúde apenas com especialistas em serviços de referência como endocrinologistas e cirurgiões.	6(15%)	23(57.5%)	11(27.5%)
Exames de rastreio como a realização do citopatológico em homens transsexuais devem ser realizados e podem ser feitos na Unidade Básica de Saúde.	34(85%)	2(5%)	4(10%)
Existem fatores de risco específicos para rastreio de câncer de mama e de próstata em pessoas transsexuais, mas essa não é uma responsabilidade do médico da Unidade Básica de Saúde.	1(2.5%)	37(92.5%)	2(5%)

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. 4 ed. 2007. Brasília. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_v4_4ed.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais**. Brasília. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lebicas_gays.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

MONTEIRO, S. BRIGEIRO, M. BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4,e00047119, 2019.

OLIVEIRA, Ingrid Miriam. **Conhecimento, percepção e práticas de profissionais da Atenção Primária em Saúde sobre atendimento de pessoas transexuais na cidade de Pelotas - RS**. Trabalho de conclusão de curso (Programa de Residência Médica em Medicina de Família) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025

UFRGS. **Telecondutas: atendimento às pessoas transexuais e travestis na Atenção Primária à Saúde**. TelessaúdeRS-UFRGS. 2. ed. Porto Alegre: 29 dez. 2023. Online. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/273053>. Acesso em: 20 ago. 2025.

RUFINO, A. C. MADEIRO, A. P. GIRÃO, M. J. B. C. O Ensino da sexualidade nos cursos médicos: a percepção de estudantes do Piauí. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 37, p. 178–185, 1 jun. 2013.

VISGUEIRA, F.L.L., CHAVES,S. BATISTA, L. et al. Análise do conhecimento de estudantes de medicina acerca da identidade de gênero. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, 27 set. 2021.